

Coim
Cat. XXV
Ca. B
N.º

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO I



COIMBRA / 1940

GUIMARÃIS— Publicação comemorativa das festas centenárias da Fundação de Portugal, 1128 — Câmara Municipal de Guimarães—1940 (148 págs. e 4 grav. color, fora do texto).

Dedicada «à memória gloriosa de todos quantos verteram o seu sangue e tiveram morte formosíssima sobre as pedras sagradas do castelo de Guimarães», divide-se esta obra, que honra a iniciativa da Câmara Municipal de Guimarães, os artistas que nela colaboraram com desenhos e aguarelas primorosos, e as oficinas da Litografia Nacional, que realizou um trabalho impecável, em três partes : *História*, da autoria do Sr. Alfredo Pimenta; *Arte*, escrita pelo Sr. Alfredo Guimarães; e *Panorama Histórico, Artístico e Pitoresco de Guimarães*, sob aguarelas do Sr. João Jorge Maltieira.

Transcendendo a segunda e a terceira partes os limites impostos à *Revista Portuguesa de História* pela sua própria natureza, restringiremos a nossa apreciação à primeira (4).

Divide-se o estudo de A. P. em dez parágrafos sem título, versando os seguintes assuntos :

- i.º Várias notas para a história de Guimarães até 1128.
- 2.º Resenha das cortes retinidas em Guimarães, e enumeração das estadias que os reis aí fizeram desde 1128 até 1401.
- 3.º Acção dos vimaranenses em Ceuta e noutros lugares, e privilégios que a realeza lhes concedeu.
- 4.º Concessão do senhorio da vila, criação do condado e ducado, e origem e localização dos Paços.
- 5.º Transformação do mosteiro de Guimarães em colegiada.
- 6.º Vimaranenses que enriqueceram o património cultural da Nação.

(i) Incidentalmente, porém, não queremos deixar de nos referir à legenda que A. G. escreveu para a ilustração da pág. 7, e em que, certamente por equívoco, diz : «Por grande felicidade, o Conde D. Henrique perdurou, em figura, num pergaminho do Tombo da Sé de Santiago de Compostela». Trata-se da iluminura que ilustra a fl. 3g de um dos cartulários da Catedral de Santiago de Compostela, o célebre *Tombo A*, de que possuímos a reprodução fotográfica integral no nosso *Instituto de Estudos Históricos*, tombo esse escrito nos fins do século xn e princípios do xiii é, portanto, uma representação tardia, que não pode ser de modo nenhum considerada como retrato, e em que, certamente, a fantasia do artista interveio em larga medida.

7.º Instituições locais de cultura.

8.º Instituições religiosas e de caridade.

9.º Actividades económicas do povo de Guimarães e sua colaboração na defesa nacional.

10.º Juízo final sobre o valor mental dos vimaranenses.

Esta simples indicação das matérias tratadas permite-nos concluir que o Autor, embora declare não ter feito senão um «arremedo de monografia», procurou tratar a história de Guimarães em todos os seus aspectos. Com esse fim retiniu nas 57 páginas do seu trabalho muito material em grande parte inédito e de incontestável valor ; mas, apesar disso, a verdade é que o estudo da evolução histórica de Guimarães *como pessoa moral*, do desenvolvimento da sua estrutura administrativa, social e económica ficou por fazer, não tentando sequer A. P. dar-nos o quadro nas suas linhas gerais.

Certamente a História exige o carreamento e a valorização prévios dos materiais de que se vai servir, pois não há síntese que não seja precedida de análise. Mas não pode esquecer-se que é uma construção, apenas uma construção, não sendo por isso admissível a confusão das duas ordens de operações. E é justamente éste o mais grave defeito do trabalho de A. P. — defeito de que resulta a sua falta de proporções e por vezes até de clareza.

Passemos agora a analisar alguns passos do estudo do Sr. Alfredo Pimenta que mais chamaram a nossa atenção.

Tratando das origens de Guimarães afirma o Autor que a sua existência histórica data dos meados do século x, uma vez que não lhe merece confiança a «notícia», que alude a uma reinição da cúria em Guimarães, a que, na transcrição do *Liber Fidei*, se atribui a data de 840.

Realmente, o documento tal como no-lo apresenta o cartulário bracarense, é mais do que suspeito: inverosímil. Mas já o Professor Paulo Meréa, justamente no trabalho que A. P. cita, inclina-se nítidamente a acreditar que se trata antes dum documento mal datado, pois «quasi todos os confirmantes são personagens conhecidas do reinado de Afonso Magno».

Ainda há pouco tive ocasião de abordar o assunto, aproximando éste documento da ementa do *Chronicon Laurbanense*

que refere a vinda, em 873, do rei a Yama (Guimarães ?) onde, seis dias depois, morria Yimara Peres ⁽²⁾. E embora os dados de que podemos dispor não me permitissem fazer uma construção com a indispensável solidez, o certo é que tudo nos leva a crêr que foi em Guimarães (vila talvez fundada por Yimara Peres — e daí o seu nome) que em 873, Afonso ui veio encontrar o conde de Portugal, aí reunindo a sua cúria.

Isto não pressupõe, porém, a existência aí de um verdadeiro núcleo urbano que certamente ainda não existia quando, no século seguinte, Mumadona fundou o seu mosteiro. Mas nem por isso me parece legítima a comparação de Guimarães com o «que nós outros hoje chamamos Quinta, Herdade, Cas[^]l*».

Também não me parece provada a afirmação de que «sempre os mosteiros provocaram agrupamentos populacionais».

Não devemos esquecer que a formação dos núcleos urbanos é (salvo os casos em que se sobrepõem razões de ordem política) um fenómeno de natureza predominantemente económica, e que, portanto, a existência duma comunidade monástica constitue apenas um factor — muito importante, é certo, mas não o principal — para a sua formação.

«Da vida do castelo e da sua população — diz A. P. — nada sabemos até chegarmos à História de Portugal, com a constituição do Condado Portugalense, sob o govêrno do Conde D. Henrique».

Mas porque motivo começa então a História de Portugal ?

Se A. P. entende por Portugal apenas um estado independente, então não é, certamente, a concessão do Condado a D. Henrique que marca o início da sua existência. Se, pelo contrário, entende por essa expressão uma unidade territorial distinta, embora politicamente subordinada, transcendendo os limites tradicionais da *civitas* e afirmando-se como um organismo que se desenvolve e actúa num sentido cada vez mais marcadamente político — organismo que contém em germe todos os elementos que o transformarão em Estado — então teremos de antecipar o início da nossa História para a formação da Terra ou Condado Portugalense, certamente na segunda metade do século ix.

⁽²⁾ *O Repovoamento do norte de Portugal no século IX* (Memória apresentada ao ii Congresso do Mundo Português).

Também me não parece aceitável a conclusão a que chega o Autor de que, tanto da parte da vila de Guimarães como da do Castelo, houve resistência às tentativas de unificação de ambas feitas pelo poder central.

De facto, as fontes mostram muito claramente que a iniciativa de tal medida partiu da vila de Guimarães que, para o conseguir, teve de lutar profiadamente contra a resistência dos moradores do Castelo, os quais, usufruindo as vantagens de toda a ordem que resultavam da proximidade da vila, não desejavam partilhar com ela os seus encargos.

Por outro lado, não é possível admitir que, como quer A. P., Guimarães formava, primitivamente, «com o Mosteiro e o Castelo uma entidade só». De facto, do burgo vimaranense, que se constituirá à volta do mosteiro, e que recebeu foral do conde D. Henrique*, não fazia parte o castelo. Éste era apenas o centro da administração territorial onde residia o *pretor* e o *judex terroe*, e que D. Afonso Henriques transformou em concelho absolutamente distinto daquele.

Também me não parece defensável a afirmação de que é do combate de S. Mamede «que data a fundação do Estado português».

E certo que êste prélio marca o fim da influência galega no govêrno do Condado, abrindo assim o caminho para a sua completa emancipação política; mas nem por isso é possível afirmar que date daí a formação do Estado, pois é evidente que, sob o ponto de vista jurídico, o prélio em referência não provocou nenhuma transformação substancial.

Ainda uma observação :

Ao ocupar-se «da actividade comum dos homens de Guimarães», A. P. diz que as corporações de artes e ofícios resultam da transformação das confrarias religiosas ou irmandades.

A verdade porém é que, embora essas corporações tivessem desde a origem carácter acentuadamente religioso, nem por isso se pode deixar de atribuir a sua formação a razões de ordem predominantemente económica.

O que importa assinalar é a aquisição por estas comunidades de direitos políticos, a sua passagem do domínio privado para o domínio público — facto êsse da mais alta transcendência, particularmente para a vida e a organização dos grêmios municipais.

Não acompanharei A. P. nos seus comentários ao aparecimento e à generalização da indústria fabril que pouco a pouco vai substituindo a indústria manual e caseira; mas não posso deixar passar em julgado a nota de pessimismo desolador com que encara as actuais condições de vida económica do povo vimezanense. Felizmente para Guimarães, felizmente para todos nós, as observações de A. P. são dum subjectivismo que as afasta inteiramente da realidade.

De facto, se em Guimarães é a população industrial que sobretudo aumenta, essa circunstância não implica decadência da agricultura, pois nem por isso a terra deixa de ser arroteada, sendo mesmo certo que não só a área cultivada vai sendo progressivamente maior, como é também proporcionalmente maior a produção por unidade de superfície. Isto demonstra praticamente que não é de «miséria ou quási» a situação do lavrador. E, se é ainda muito baixo o seu nível de vida, o certo é que, apesar de todas as exigências do fisco, as condições económicas das classes rurais e proletárias — quando as não atinge o desemprego, cujas desastrosas conseqüências o Governo da Nação tem procurado e conseguido reduzir ao mínimo, apesar do desenvolvimento demográfico assumir proporções nunca atingidas — o certo é que, dizia, as condições económicas das classes rurais e proletárias tem melhorado, lentamente, é certo, mas duma maneira contínua.

Quanto ao proprietário, há que distinguir entre o que vive parasitariamente do rendimento da terra, cuja exploração e administração confia inteiramente aos cuidados dos *caseiros*, e o que, com o seu próprio esforço, vai valorizando as suas propriedades que, mesmo nas regiões onde são melhor cuidadas, podem ainda produzir mais. Porque, se, por vezes, a incapacidade administrativa dos primeiros os arrasta para uma situação económica deficitária ou lhes faz baixar visivelmente o nível de vida, a posição económica dos segundos é inteiramente diferente.

E porque razão ver «uma luta cada vez mais feroz» entre o campo e a fábrica? Pois não é evidente que os centros industriais favorecem o desenvolvimento da agricultura não só fornecendo-lhes utensílios e substâncias de que esta carece, mas também constituindo mercados que garantem a colocação dos produtos da terra?

Haverá, por vezes, atritos, mas esses mesmos não podem ser considerados senão como o resultado duma crise de adaptação que, afinal de contas, não é senão uma crise de desenvolvimento.

Fazendo estes comentários com que pretendemos apreciar não todos os passos desta monografia que nos suscitaram reparos, mas simplesmente aqueles que mais chamaram a nossa atenção, não nos moveu o propósito de amesquinhar um trabalho que de modo nenhum cometeremos a injustiça de considerar desvalioso. Pelo contrário: estamos plenamente convencidos de que a crítica, mesmo a mais severa, não poderá esquecer nunca que o Dr. Alfredo Pimenta conseguiu carrear um número considerável de materiais de indiscutível utilidade para a história de Guimarães, e tanto basta para se considerar benemérito o seu esforço.

T. S. S.

CARL ERDMANN: *A ideia de cruzada em Portugal* (versão portuguesa de A. Pinto de Carvalho), Coimbra, 1940, 58 págs.

Publicada por iniciativa do *Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, a versão portuguesa dêste interessantíssimo estudo do Prof. Erdmann veio, apesar de todos os seus defeitos, prestar um grande serviço aos nossos estudiosos que dificilmente poderiam ler o trabalho em alemão.

Constitue o estudo do ilustre historiador uma verdadeira tese exposta sumariamente, mas com um rigor e uma clareza verdadeiramente científicos. Não obstante, C. E., atendo-se apenas a um certo número de factores muito elucidativos, é certo, mas que não permitem ver os acontecimentos senão sob determinado aspecto, não conseguiu apreender perfeitamente o carácter do movimento da Reconquista em toda a sua complexidade.

Assim, os erros de visão, que a meu ver o Autor comete, não derivam de um erro de método, mas simplesmente da circunstância